

v.33 n.2
Jul-Dez/2023

Feminismo decolonial em debate:
perspectivas latino-americanas em
políticas públicas e direitos humanos

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

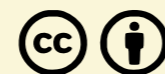
Feminismo decolonial em debate: perspectivas latino-americanas em políticas públicas e direitos humanos

v.33 n.2

Jul-Dez/2023

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Roberto de Andrade Medronho

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

João Torres de Mello Neto

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Ana Izabel Moura de Carvalho

VICE-DIRETOR

Guilherme Silva de Almeida

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORAS AD HOC v.33 n.2

Lília Guimarães Pougy UFRJ

Ludmila Fontenele Cavalcanti UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Maria Helena Torres

Nicole Leal

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

Publicação indexada em:

Latindex

Portal de Periódicos da Capes

IBICT

Base Minerva UFRJ

Portal de Revistas da UFRJ

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ



Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

➡ Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

➡ Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

➡ Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.



Janine Moraes / Ministério da Cultura (via Wikimedia Commons)

Marcha das Mulheres Negras

APLICAÇÃO EM CAPA MODIFICADA COM A FERRAMENTA ADOBE FIREFLY IMAGE 2

Sumário

- DOSSIÊ EDITORIAL 183** Feminismo decolonial em debate: perspectivas latino-americanas em políticas públicas e direitos humanos
Lilia Guimarães Pougy & Ludmila Fontenele Cavalcanti
- DOSSIÊ ENSAIOS 186** Perspectivas feministas decoloniais em algumas autoras: e o caso Brasis? Que políticas?
Mary Garcia Garcia Castro & Tatiana de Paula Soares
- 210** Fora da ordem: deslocamentos de insurgências feministas decoloniais
Tatiana Dahmer Pereira
- 230** Corpo-território, os comuns e as mulheres quilombolas
Maria Raimunda Penha Soares
- DOSSIÊ ARTIGOS 256** O racismo e seus reflexos na saúde das docentes negras da UFRJ
Rosimar Borges
- 276** Trabalho feminino na formação social brasileira: aportes da Teoria da Reprodução Social
Tahiana Meneses Alves
- 301** O feminismo decolonial e a interseccionalidade nas políticas públicas LGBTI+no Brasil (1998-2021)
Henrique Rabello de Carvalho & Maria Celeste Simões Marques
- 324** Uma crítica à reprodução da colonialidade cisgênera no feminismo decolonial
Bruno Latini Pfeil & Cello Latini Pfeil
- 349** Políticas para mulheres: a luta por igualdade, direitos e enfrentamentos às violências
Silvana Maria Escorsim & Beatriz Santana da Silva
- 375** Entre a política e a política pública antirracista no Brasil: qual é a política da política pública brasileira?
Luiza da Costa de Deus
- 396** A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça
Joyce Kelly de Jesus Santos, André Henrique Mello Correa & Josefa de Lisboa Santos
- 420** Descaso ou ferida colonial? Gênero nas políticas públicas educacionais no Brasil
Susane Petinelli Souza
- 445** “Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”: mulheres negras e identidades
Laurita de Queiroz Bomdespacho



Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.

DOSSIÊ RELATOS DE EXPERIÊNCIA

- 458** Metodologia de Atendimento Interdisciplinar do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (NEPP-DH/UFRJ)
Bárbara Zilli Haanwinckel et alia
- 476** Protagonismo feminino no PET de Humanidades e Letras da Unilab/Ceará (2013-2020)
Ana Cássia Alves Cunha et alia
- 500** As Ocupações do Movimento Olga: experiência popular de enfrentamento à violência patriarcal
Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes, Barbara Brame & Larissa Franco

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

O racismo e seus reflexos na saúde das docentes negras da UFRJ

Docentes Mulheres Negras

Racismo

Sexismo

Interseccionalidade

Adoecimento

Este artigo tem como objetivo contribuir para o debate acerca dos reflexos do racismo na saúde das docentes negras das universidades públicas. O estudo é resultado de uma pesquisa de doutorado realizada com trinta e seis docentes do sexo feminino da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Utilizou-se a pesquisa qualitativa e adotou-se a entrevista semiestruturada. O estudo aponta que as docentes negras são as que mais adoecem no ambiente de trabalho, visto que são as mais cobradas, as invisíveis na sociedade e as reprimidas pelo racismo.

Rosimar Borges

Assistente Social da UFRJ, doutora em Serviço Social pela UFRJ, coordenadora do curso EAD Tecendo reflexões sobre as opressões de gênero e raça e vice-diretora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH).

Racism and your reflexes on the health of black professors at UFRJ

This article aims to contribute to the debate about the effects of racism on the health of black professors at public universities. The study is the result of a doctoral research carried out with thirty-six female professors at the Federal University of Rio de Janeiro. Qualitative research was used and a semi-structured interview was adopted. The study points out that black teachers are the ones who get sick the most in the work environment, since they are the most charged, the invisible ones in of society and the repressed by racism.

Black Women Teachers

Racism

Sexism

Intersectionality

Illness





Introdução

Este artigo é resultado de parte da pesquisa de doutorado intitulada “Impacto do trabalho na saúde das docentes do ensino superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)” e de estudos teóricos que discutem sobre o racismo e os processos de adoecimentos entre as docentes negras das Instituições Federais de Ensino.

Vivemos em uma sociedade construída a partir de padrões discriminatórios e preconceituosos em relação à raça e, sobretudo, no que diz respeito à mulher negra. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), aproximadamente 56% da população brasileira é formada por pessoas que se autodeclararam pretas e pardas. Dentre este grupo, as mulheres negras representam 23,4%, totalizando mais de 47 milhões de mulheres.

Apesar da presença significativa das mulheres negras na sociedade, não se pode negar que são as que mais sofrem com as múltiplas formas de exclusão social, derivadas da associação perversa entre racismo e sexismo, o que resulta, como aponta Carneiro, “em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida” (2002, p. 210).

As mulheres negras sempre enfrentaram muitas dificuldades, nunca tiveram o mesmo privilégio das mulheres brancas, tampouco escolha se queriam ou não ser trabalhadoras, sempre tiveram que trabalhar mais, seja no campo, lado a lado aos homens ou como trabalhadora no âmbito doméstico. O trabalho para elas sempre foi compulsório, herança do período escravocrata (DAVIS, 2016).

E mesmo após a escravização de pessoas africanas e suas descendentes, a mulher negra permaneceu sem direito de escolha no mercado de trabalho e assumindo todas as funções de casa: eram equiparadas aos “homens da casa”, por isso o termo mito da matriarcalidade negra. Esse mito contribuiu para “perpetuar a imagem da mulher negra como masculinizada, dominadora, criatura amazona” (HOOKS, 1981, p. 53).

E por mais que os movimentos feministas da época reivindicassem por conquistas de espaços e reconhecimento das mulheres enquanto cidadãs (SCHENEIDER, 2017), esses





movimentos feministas, compostos por mulheres brancas, se concentravam na opressão que sofriam por serem mulheres e não se levava em consideração as diferenças de raça, classe, orientação sexual e idade (LORDE, 2019). O movimento feminista da época era pautado em uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, sendo incapaz de “reconhecer as diferenças presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Segundo Hooks (1981, p. 44), “todas as mulheres negras eram, por definição, putas de acordo com esta mitologia racista; assim, assaltá-las e explorar a sua sexualidade não era repreensível”. E mesmo sendo vislumbradas como sexualizadas e animalizadas (SOUSA *et al.*, 2021), não deixaram de lutar e buscar por espaços no mercado de trabalho e na academia, já que ter uma instrução acadêmica sempre foi uma das reivindicações do povo negro, uma forma de alcançar a liberdade (DAVIS, 2016).

No entanto, a lógica meritocrática foi construindo no imaginário coletivo que o lugar dos negros, em especial das negras, era nas atividades subalternizadas, ou seja, nas atividades domésticas. Atualmente, não se vislumbra mudanças significativa, a herança escravocrata permanece latente no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não mudou muito. Ela continua sendo um elemento da estrutura de dominação, ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial (SOUSA *et al.*, 2021).

Na divisão racial do trabalho, a “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, cobradora de ônibus ou prostituta” (GONZALEZ, 2018, p. 202). Não sendo facilitado a ela o acesso a lugares que exigem competência, inteligência e mérito (ALMEIDA, 2020). Quando tiveram a oportunidade de serem inseridas na área da educação, como professoras, após o período da Guerra de Secessão, foram ocupando as atividades ligadas as de caráter doméstico, reforçando, assim, os discursos de maternidade e subalternização (COSTA, 1995).

Para Carneiro (2011), o racismo é uma das piores formas de exclusão no Brasil, pois produz uma falsa consciência de que algumas pessoas são superiores em relação a outros seres humanos em razão da cor.



Os dados do IBGE (2019) revelam que as mulheres pretas e pardas continuam recebendo, em média, menos da metade dos salários dos homens brancos (44,4%), em seguida estão as mulheres brancas, que possuem rendimentos superiores não apenas aos das mulheres pretas e pardas, como também aos dos homens pretos e pardos. Esta desvantagem é chamada por Carneiro (2011) de dimensão racial do gênero, visto que recai sobre elas variadas opressões racistas, sexista e de classe.

No trecho abaixo, o discurso de Sojourner Truth, durante a Convenção dos Direitos das Mulheres, 1851, em Ohio nos Estados Unidos, ela já sinalizava o quanto as mulheres negras eram invisibilizadas.

Aquele homem lá diz que as mulheres precisam de ajuda para entrar em carruagens e atravessar valas, e sempre ter os melhores lugares não importa onde. Nunca ninguém me ajudou a entrar em carruagens ou a passar pelas poças, nem nunca me deram o melhor lugar. E eu não sou uma mulher? (TRUTH, 2020).

Quando se trata da ocupação das mulheres negras nos espaços acadêmicos, as dificuldades aumentam, comparada às mulheres brancas. A reprodução do racismo no tocante às vagas em universidades e cargos do serviço público permanece latente, o privilégio dos brancos persiste.

De acordo com o Censo da Educação Superior (BRASIL, 2016), no Brasil, as mulheres pretas com doutorado representam 0,4% do corpo docente na pós-graduação, construindo uma ideia que Hooks (1995) denomina de “corpo sem mente”, ou seja, negação da intelectualidade das mulheres negras. São consideradas menos capazes de exercer atividades intelectualizadas.

A área da educação, segundo Gomes (2003), é um dos lugares de maior invisibilidade para as mulheres negras. Ribeiro (2019) contribui com o debate afirmando que o ingresso de pessoas negras na docência do ensino superior é uma questão estrutural, marcada pelo racismo e pelas desigualdades.

Infelizmente, as universidades brasileiras ainda vivem uma espécie de *apartheid* racial, um confinamento acadêmico (GONÇALVES, 2018) e, como consequência deste racismo, mulheres e homens negros são expostos a “situações mais vulneráveis de adoecimento e morte” (GOES; RAMOS; FERREIRA,

2020, p. 2). Pacheco corrobora com essa afirmativa, explicando que: “Esta é a raiz de uma elite perversa, preconceituosa, antidemocrática e de uma sociedade marcada pelo preconceito e pela exclusão” (2020, p. 4).

Racismo, sexismo e adoecimento: percepção das docentes

A sociedade brasileira ainda é marcada pela ausência e invisibilidade das pessoas negras nos espaços sociais de prestígio, sobretudo das mulheres negras, que são cotidianamente excluídas e inviabilizadas do contexto social.

As mulheres negras ainda enfrentam problemas e questões muito diferentes das outras mulheres, até por conta do passado que ainda se mescla com o presente e com o qual o Brasil ainda não foi capaz de acertar as contas.

Desde o Brasil colonial as mulheres negras e pardas já eram reconhecidas por suas práticas de cuidado e cura, com o passar do tempo foram ocupando os espaços voltadas para área da limpeza e cuidados e atualmente são as que mais ocupam os postos mais precarizados, visto ser o espaço que a sociedade capitalista tem reservado para elas.

Segundo Almeida:

A cultura dos cuidados revelou ter sido intensa a participação de mulheres negras como parteiras, amas de leite, domésticas, babás, mães pretas. Isto é, mulheres que cuidavam de enfermos, velhos e crianças, mesmo que para o cuidado das crianças muitas devessem abandonar os seus próprios filhos (s.d, p. 01).

Mulheres e homens negros, no decorrer de alguns anos, estiveram do lado de fora das escolas e universidades. Essa exclusão, fruto dos diversos mecanismos sociais que impediam o acesso e a permanência dos negros à escolarização, ocasionou a naturalização da ausência desses sujeitos nos espaços educativos.

A história nos revela que durante anos a relação entre negros e escola era concebida como um espaço onde a presença dos negros era praticamente nula (FONSECA, 2007). E isto era muito nítido no início do século XIX, pois existiam poucas escolas públicas. Na província do Rio Grande do Sul, por exemplo, os negros eram proibidos de frequentar escolas (SOUZA; ROCHA, 2022).



Moacyr (1940), em seu livro, faz uma leitura de algumas legislações, como a Lei de 1837, que explicita em seu artigo 3º: “são proibidos de frequentar as escolas públicas [...] os escravos e pretos ainda que sejam livres ou libertos” (p. 431).

Estes documentos levantados por Moacyr (1940) demonstram o quanto os negros eram excluídos do direito à educação e, conseqüentemente, à dignidade enquanto pessoa humana, aproximando-se muito dos dias atuais. Já que ter acesso e permanecer nos espaços educacionais, sobretudo no ensino superior, permanece sendo um desafio a ser enfrentando cotidianamente, visto que a política do branqueamento perdura nestes ambientes até hoje (SILVA; SILVA, 2016).

A partir dos resultados da pesquisa realizada com docentes negras da UFRJ, constatou-se um número pouco expressivo de docentes negras lecionando nesta universidade, o que pode ser explicado pelas barreiras que as mesmas enfrentam para serem inseridas na docência do ensino superior.

Constatou-se que das trinta e seis docentes entrevistadas, apenas seis se declararam como negras e três como pardas, o que nos leva a entender que as mulheres negras e pardas permanecem invisíveis no contexto da docência do ensino superior.

Para Osório e Soares (2005, p. 34), “os negros são prejudicados dentro do sistema de ensino, que se mostra incapaz de mantê-los e de compensar eventuais desigualdades que impeçam a sua boa progressão educacional”.

Estudos realizados por Gonçalves (2018) e Jardim *et al.* (2022) também revelaram o baixo índice de docentes negras e negros lecionando em universidades públicas. A maioria dos investigados em ambas as pesquisas era de docentes brancos.

Arboleya, Ciello e Meucci (2015) explicam que, apesar da maioria da população ser composta por pessoas negras, os dados refletem que são as pessoas de pele branca que mais ocupam os cargos de docentes nas universidades, o que pode ser explicado pela condição de exclusão de acesso à ascensão intelectual e social dos negros e pardos (JARDIM *et al.*, 2022).

Para Gonçalves e Ambar (2015, p. 206) “se o negro é uma raça inferior, incapaz para o trabalho, propensa ao vício, ao crime, inimiga da civilização e do progresso, a educação se tornaria um



dispêndio desnecessário”. É exatamente este discurso que impõe a população negra a trabalhar precocemente em vínculos precários, dificultando o acesso ao ensino superior (JARDIM *et al.*, 2022).

Hooks, em seu artigo sobre intelectuais negras, traz uma reflexão sobre essa invisibilidade das negras pesquisadoras e formadoras de opinião:

A subordinação sexista na vida intelectual negra continua a obscuro desvalorizar a obra das intelectuais negras. Por isso é tão difícil as alunas nos citarem. E as que lembram os nomes de Walker e Morrison raras vezes leram sua obra não ficcional e frequentemente não têm a menor ideia do âmbito e alcance do pensamento delas. As intelectuais negras que não são escritoras famosas (e nem todos os escritores são intelectuais) continuam praticamente invisíveis nessa sociedade. Essa invisibilidade e ao mesmo tempo em função do racismo do sexismo e da exploração de classe institucionalizados e um reflexo da realidade de que grande número de negras não escolhem o trabalho intelectual como sua vocação (HOOKS, 1995, p. 467).

De fato, as universidades permanecem alicerçadas na ideia de uma humanidade branca universal, ou seja, a universidade é ocupada historicamente pela branquitude, na qual adotamos um discurso meritocrático e universalista. De acordo com Carvalho (2006, p. 91), “[...] foi justamente desse ambiente segregado que saíram todas as teorias que negam a existência de segregação racial no Brasil”.

Segundo Carneiro, este processo de exclusão das oportunidades educacionais, intitulado de epistemicídio, contribui para:

Rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar” (2011, p. 87).

A pesquisa com docentes negras da UFRJ revelou, ainda, que elas são as que mais adoecem no ambiente de trabalho, visto que são as mais cobradas, as invisíveis à luz da sociedade, as reprimidas pelo racismo e pela cultura machista que permeia as estruturas

da universidade e, conseqüentemente, as mais sobrecarregadas, pois precisam provar o tempo todo que podem ocupar o espaço da docência nas universidades.

Entende-se que há uma exigência maior para as mulheres negras, elas precisam provar que são capazes de estarem em determinados espaços, além de serem muito mais cobradas e sobrecarregadas, pois precisam fazer mais do que as outras fazem para não ficarem na invisibilidade. E a única visibilidade que elas acabam tendo é nos afazeres domésticos e nas atividades de limpeza, visto que são as mais demandadas para essas atividades e carregam um duplo fardo, de trabalhar dentro e fora de casa.

Assim como seus companheiros, as mulheres negras trabalham até não poder mais. Assim como seus companheiros, elas assumiram a responsabilidade de provedoras da família. As qualidades femininas não ortodoxas da assertividade e da independência — pelas quais as mulheres negras têm sido frequentemente elogiadas, mas mais comumente censuradas — são reflexos de seu trabalho e de suas batalhas fora de casa (DAVIS, 2016, p. 233).

Além de tudo isso, precisam lutar contra o racismo velado tão presente na nossa sociedade. Nesse entendimento, Lorde aponta que: “somos mulheres negras nascidas em uma sociedade de arraigada repugnância e desprezo por tudo o que é negro e que vem das mulheres” (2019, p. 194).

Sabe-se que as estruturas sociais ainda carregam a questão do preconceito racial, o que dificulta o ingresso e até mesmo a permanência das mulheres negras no ambiente acadêmico, já que a educação é um dos lugares de maior invisibilidade das mulheres negras (GONÇALVES, 2018).

O depoimento de uma das entrevistadas revelou bem a forma como as negras se sentem na academia: “[...] *o espaço da academia te coloca no movimento de estar o tempo todo tendo que afirmar que você pode ocupar aquele espaço*”.

Nesta lógica racial, as negras não conseguem alcançar a docência do ensino superior e quando conseguem romper as barreiras raciais, com frequência, são lembradas de que estão fora de seus lugares (GONÇALVES, 2018).

Segundo Carneiro (2005), a racionalidade carrega em si desde o não reconhecimento de intelectuais negros, assim como o não lugar que militantes negros ocupam como fonte primária de pesquisas.

A pesquisa mostrou, ainda, que a estrutura racista que se apresenta no cotidiano da UFRJ tem provocado o adoecimento entre as docentes. Como se não bastassem as cobranças, o assédio e a própria invisibilidade do trabalho da mulher negra, as estruturas da universidade também corroboram com o adoecimento. O nosso país é estruturalmente racista, e a prática racista tem se perpetuado em diversos espaços da vida social, o que não tem sido diferente na educação do ensino superior.

Segundo Carvalho (2005), em seu livro “Inclusão étnica e racial no Brasil”, nossa sociedade reproduziu um grau extremo de exclusão, que chega a ser um verdadeiro escândalo em razão do reduzido número de docentes negros no ensino superior.

Para Fanon (2008), a universidade sempre foi vista pela população negra como um espaço inatingível, e alcançá-la demandava aproximar-se da branquitude. Infelizmente, as desigualdades de gênero e o racismo institucional presentes na docência têm funcionado como fator de risco para a saúde das docentes do ensino superior.

Carneiro denuncia a estrutura racista das universidades, explicando que:

Aqui, aprendemos a não saber o que somos e, sobretudo, o que devemos querer ser. Temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como carta de alforria do estigma da negritude: um tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou um par de olhos verdes herdados de um ancestral europeu são suficientes para fazer alguém que descenda de negros se sentir pardo ou branco, ou ser “promovido” socialmente a essas categorias. E o acordo tácito é que todos façam de conta que acreditam (2011, p. 64).

A universidade ainda é considerada um lugar de privilégios, da branquitude, de fortalecimento e uso de narrativas europeias e norte-americanas. Ultrapassar essas barreiras é descolonizar a entrada das docentes negras na universidade pública e lutar contra a opressão imposta pela cor da pele.

Segundo Hooks (2013), para as mulheres negras ocidentais, lecionar é um ato essencialmente político, contra-hegemônico e que possui raízes na luta antiescravocrata e antissegregacionista.

Desse modo, conquistar o acesso nas universidades públicas, para as mulheres negras não é uma tarefa fácil, é um processo adoeedor, mesmo após alguns avanços, como a conquista das ações afirmativas, a Lei de Cotas (12.711/2012), garantida pela luta histórica do movimento negro no Brasil.

Vale sinalizar que a criação da Lei de Cotas (Lei n.º 12.711/2012) é resultado de um conjunto de lutas do movimento negro que reivindicava pela diminuição das desigualdades existentes no país. E que tem contribuído para o ingresso de pessoas oriundas de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e deficientes em todo o sistema de educação superior e ensino médio federal, definidos a partir dos critérios do IBGE. Atualmente tem sido um relevante caminho para o ingresso de pessoas negras na docência do ensino superior, mas não tem sido suficiente para reduzir as desigualdades de acesso, visto o pensamento arrogante e colonizador que estrutura as cotas (SOUZA; ROCHA, 2022).

Segundo Carvalho (2018, p. 80):

[...] não seria de modo algum satisfatório implementar ações afirmativas para jovens negros e indígenas sem, paralelamente, mudar o currículo colonizado, racista e branqueado que vem se repetindo cronicamente em todas as nossas instituições de ensino superior.

Não se pode negar que a opressão que as mulheres negras sofrem em suas trajetórias acadêmicas elucida o mito da democracia racial no país e revela que ainda vivemos um *apartheid* no ensino superior (CRISÓSTOMO; REIGOTA, 2010).

Infelizmente, a democracia racial é uma ilusão, não tem como sustentar a tese de que negros e brancos vivem pacificamente e desfrutam das mesmas oportunidades, isto pode ser visto claramente na ocupação dos cargos na docência do ensino superior. O racismo está presente em todos os lugares, inclusive nas universidades, o que ocorre é que ele tem sido colocado para baixo do tapete todos os dias.



No Brasil o racismo existe sim e é estrutural, e tem funcionado como um dispositivo para a reprodução da ordem vigente. Portanto, não se trata de algo residual, e nem mesmo de algo em retração, mas, ao inverso, de prática que se reproduz cotidianamente nas diversas esferas sociais (ALMEIDA, 2020).

Uma outra reflexão a ser feita é em relação à indicação da literatura das mulheres negras em disciplinas, pois é um outro exemplo da opressão que a mulher negra vivencia em sua trajetória acadêmica. De fato, raramente essas literaturas são incluídas como leitura obrigatória, na maioria das vezes, quando indicada, é como leitura complementar.

Nesse sentido, Lorde explica que:

[...] a desculpa dada é que as literaturas das mulheres de cor só podem ser ensinadas por mulheres de cor, ou que elas são muito difíceis de entender, ou que as turmas não conseguem se envolver porque vêm de experiências que são diferentes demais (2019, p. 147).

Essas opressões vivenciadas pelas mulheres negras são adoecedoras, visto que a opinião e a liberdade delas se encontram reprimidas pelo racismo e pela cultura machista, prejudicando o seu bem-estar físico e mental.

Ingressar em uma universidade pública ainda é uma luta a ser vencida pelas mulheres negras, luta que não cessa com o seu ingresso, permanece constante, já que elas precisam mostrar a sua intelectualidade e fazer a diferença o tempo todo, pois são discriminadas cotidianamente em razão da cor da pele. São muitas exigências adoecedoras e que fazem com que a mulher negra não se sinta confortável, precisando mostrar para a comunidade acadêmica que lá também é o seu lugar.

O relato de uma das entrevistadas retrata bem essa questão: *“Eu estou em um lugar de mulher e de mulher preta, então são duas coisas que nesse espaço da academia te coloca no movimento de ter que afirmar que você pode estar naquele espaço”*. Este relato corrobora com a concepção de Hooks (1995), que nos diz que as mulheres negras permanecem na invisibilidade.

Nesse sentido, tanto Hooks quanto González reforçam a ideia de que os estereótipos racistas atuam na construção do imaginário social das negras, as levando a se sentirem inferiorizadas e as deslegitimando como intelectuais.





Para Hooks (1995, p. 464),

O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da mulher negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros.

De acordo com Quijano (2000), o modelo de universidade elitista, branqueado e eurocêntrico permanecerá, já que a nossa sociedade está pautada em um padrão de capitalismo dependente, enraizado nas contradições de classe, gênero e raça.

Lorde (2019) afirma que o patriarcado e a sociedade branca racista são nossos maiores vilões, pois veem os negros como perigosos e suspeitos. Tal fato, aliás, explica as dificuldades da mulher negra em acessar o espaço da universidade, além da necessidade de comprovar a competência profissional e ter de lidar com o preconceito e a discriminação racial, os quais lhes exigem maiores esforços para a conquista de uma posição e respeito profissional.

Uma reportagem realizada pelo Jornal Gênero e Número no ano de 2018 trouxe o relato de várias professoras a respeito do racismo institucional sofrido pelas mulheres negras. Entre elas, foi entrevistada uma professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Nicéa Quintino, que revela ter observado ao longo de sua trajetória acadêmica uma necessidade de afirmação constante perante os colegas.

De acordo com a professora Nicéa, tudo que é realizado por ela e por outras docentes negras tem que ser de muita qualidade, conforme seu relato: “As nossas ações normalmente têm de ser com uma qualidade muito grande, e isso causa estresse físico e psicológico maior às mulheres negras” (FERREIRA, 2018, p. 3).

Esse relato não é diferente do que vivenciam as docentes negras da UFRJ; elas trazem consigo as mesmas dificuldades em relação à trajetória profissional. Elas relatam que precisam fazer além do esperado, para que as pessoas não subestimem o seu trabalho.

O racismo institucional vivenciado pelas docentes é explicado por Almeida (2020) como uma derivação do racismo estrutural, que se materializa nas estruturas política e econômica, cuja desigualdade é baseada na raça. Está presente em instituições públicas e privadas, nas quais as mulheres negras são colocadas em



situação de desvantagem em relação a outros grupos. Porquanto, “torna-se maior o risco de comprometimento de sua identidade pessoal, imagem corporal, seu autoconceito e autoestima” (BRASIL, 2005, p. 12).

Assim, constata-se que as mulheres negras vivenciam desafios ao serem inseridas no espaço acadêmico e, ao chegarem nesse espaço, precisam disputar possibilidades. Como afirma a Prof^a. Nicéa Quintino: “é sempre uma disputa” (FERREIRA, 2018, p. 4).

O relato da Prof^a. Sílvia Maria Santiago, professora da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, compartilhou uma vivência semelhante à da Prof^a. Nicéa. Segundo a docente, ela ingressou como aluna do curso de Medicina em 1977 e depois como docente em 1985, ela sentiu que pesquisadores negros tiveram e ainda têm mais dificuldades não apenas de entrar para o mundo acadêmico, mas também de darem visibilidade para suas pesquisas, principalmente quando falam de temas que dialogam com o bem-estar da população negra e o combate ao racismo (MATEUS, 2019).

Torna-se, assim, difícil a separação entre a colonialidade e a modernidade, assim como é impossível apagar do centro dessa engrenagem as relações étnico-raciais ou a ficção racial (FOUCAULT, 2005; MBEMBE, 2014; QUIJANO, 2005).

Sobre isso, Gonzalez *et al.* explicam que:

Mesmo nos dias atuais, em que se constatam melhorias quanto ao nível de educação de uma minoria de mulheres negras, o que se observa é que, por maior que seja a capacidade que demonstre, ela é preterida (2018, p. 34).

Com isso, nota-se que as mulheres negras, mesmo alcançando os maiores níveis acadêmicos, permanecem encarando impasses em sua trajetória profissional. Afirma-se que as opressões vividas pelas docentes negras se diferenciam daquelas vividas pelas brancas, pois, além de enfrentarem dificuldades por serem mulheres, precisam ainda enfrentar o preconceito racial. É fato que o racismo permanece arraigado em nossa sociedade, pois vive-se uma falsa democracia racial, uma sociedade que despreza tudo que vem do negro (LORDE, 2019).

Lorde (2019) explica que as mulheres que estão fora das estruturas da sociedade são representadas pelas mulheres pobres, negras,

lésbicas e as mais velhas. A autora entende que “a sobrevivência não é uma habilidade acadêmica”, mas uma forma de aprender a estar só, a ser impopular, hostilizada às vezes e a buscar forças para “um mundo em que todas possamos florescer”.

A autora explica, ainda, que somente através da interdependência entre as mulheres, será possível encontrar o caminho para a liberdade do “Eu” criativo. A interdependência de diferentes forças possibilita o reconhecimento e a igualdade, assim como novas formas de ser no mundo, buscando o acesso onde ainda não se tem. Ela afirma que “como mulheres, fomos ensinadas a ignorar nossas diferenças ou a vê-las como causas de desunião e desconfiança, em vez de encará-las como potenciais de mudança” (LORDE, 2019, p. 137).

Considerações Finais

O racismo é estrutural e representa um dos desafios mais urgentes do país. Ele resulta de nossa experiência colonial, que articulou colonialismo e colonialidade, autoritarismo e violência, mas é também produzido e reproduzido no presente.

Diante de um quadro marcado pelas desigualdades raciais, as docentes negras da UFRJ, objeto desse estudo, são as que mais adoecem, visto que são marcadas pela exclusão, pelo preconceito racial, pela pouca visibilidade, além de serem inseridas em um ambiente que favorece a segregação racial (CRISOSTOMO; REIGOTA, 2010; BRITO, 2017).

Os desafios enfrentados pelas docentes da UFRJ notabilizam a realidade de muitas outras mulheres negras do Brasil, pois permanecem tendo suas vozes silenciadas e suas intelectualidades negadas. Para Silva, Machado e Costa (2020), as mulheres negras são sujeitas interseccionais, cujas repressões contribuem para sua invisibilidade e inserções como docentes no ensino superior.

Não se pode negar que o racismo estruturante permanece alicerçado na base da sociedade brasileira, impedindo o “crescimento” e, desta forma, o reconhecimento intelectual da população negra, o que para Lacerda implica na “construção e exercício da cidadania, conferindo sempre posições e situações de desvantagem para essa população” (2017, p. 27).



Observou-se neste estudo que o número reduzido de docentes negras lecionando em universidades não é uma realidade apenas na UFRJ, mas se estende a outras universidades. E deve ser entendido, de acordo com Hooks (1995), como a “lógica do patriarcado capitalista com supremacia branca”, ou seja, uma forma em que a cultura age para impossibilitar o avanço das mentes das mulheres negras.

Nesse sentido, as universidades brasileiras permanecem reproduzindo mecanismos segregacionistas, não permitindo que as mulheres negras ocupem o meio acadêmico. E quando conseguem ocupar, estão sempre em desvantagem comparadas às docentes brancas. Carneiro (2011) explica que as mulheres negras vivenciam de forma conjunta e indissociável o impacto das opressões racista, sexista e de classe.

Considerou-se, assim, que os espaços de produção e reprodução do conhecimento privilegiam a perspectiva androcêntrica e eurocêntrica, uma evidência do que anteriormente Carvalho (2003) nomeou de racismo acadêmico, pois há uma invisibilidade de pessoas negras nos espaços das Instituições Federais de Ensino.

Desse modo, pode-se afirmar que as relações de opressão, assim como as estruturas racistas das IFES, têm contribuído para promover o adoecimento das docentes negras, visto que são as mais cobradas, as que menos ocupam os espaços de decisões e as que estão na esfera da invisibilidade em razão da cor da pele.

Goes, Ramos e Ferreira (2020, p. 2) destacam que “o racismo é um determinante social da saúde, pois expõe mulheres negras e homens negros a situações mais vulneráveis de adoecimento e morte”.

Assim, constata-se que o espaço de poder nas instituições de ensino superior no Brasil permanece sendo imposto pela colonialidade, a qual revela que mulheres negras estão longe de serem vislumbradas como pessoas que contribuem para a produção do conhecimento e dignas de dividir o espaço de potência intelectual com os brancos.

Logo, evidencia-se a urgente necessidade do despertar da população para a temática étnico-racial como um todo, pois só assim será possível entender a importância de garantir políticas



inclusivas para a inserção da população negra nos espaços acadêmicos (SILVA; SILVA, 2016).

Referências

- ALMEIDA, A. H. Mulheres negras e a realidade da enfermagem no Brasil. *In: Núcleo Assessoria, Capacitação e Especialização à Central de Material e Esterilização (NASCE-CME)*, s.d. Disponível em: <http://nascecme.com.br/mulheres-negras-e-a-realidade-da-enfermagem-no-brasil/>. Acesso em: 24 set. 2023.
- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- ARBOLEYA, A.; CIELLO, F.; MEUCCI, S. “Educação para uma vida melhor”: trajetórias sociais de docentes negros. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 158, p. 882-914, out./dez. 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Área Técnica de Saúde da Mulher. *Perspectiva da equidade no pacto nacional pela redução da mortalidade materna e neonatal: atenção à saúde das mulheres negras*. Comunicação e Educação em Saúde. Série F. Tiragem: 1.a edição – 1.a reimpressão – 2005.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior: notas estatísticas*. Brasília, 2016.
- BRITO, A. E. C. Professoras negras na Universidade Federal da Bahia - UFBA: cor, status e desempenho. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 2017, Florianópolis. Anais Eletrônicos [...]*. Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497393061_ARQUIVO_artigofinal_reevisado.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.
- CARNEIRO, S. A Batalha de Durban. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 10, jan. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/m7m9gHtbZrMc4VxnBTKMXxS/>. Acesso em: 23 set. 2023.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, São Paulo, n. 17, v. 49, p. 117-132, 2003.
- CARNEIRO, S. *A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, S. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, J. J. As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. *Teoria e Pesquisa*, n. 42/43, jan./jul. 2003. Disponível em: <https://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1071.pdf>. Acesso em: 24 set. 2023.

CARVALHO, J. J. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar, 2005.

CARVALHO, J. J. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, 2006.

CARVALHO, J. J. Encontro de saberes e cotas epistêmicas: um movimento de descolonização do mundo acadêmico brasileiro. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONATO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 79-106.

COSTA, M. C. V. *Trabalho docente e profissionalismo*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

CRISOSTOMO, M. A. S.; REIGOTA, A. S. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. *Avaliação*, Campinas, Sorocaba, v. 15, n. 2, p. 93-106, jul. 2010.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, L. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. *Jornal Gênero e Número*, Rio de Janeiro, 20 jun. 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia>. Acesso em: 26 ab. 2021.

FONSECA, M. V. A arte de construir o invisível o negro na historiografia educacional brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 13, jan./abr. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/rosic/Downloads/38616-Texto%20do%20artigo-171437-1-10-20170802.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GOES, E.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. *Trabalho, educação e Saúde*,

Rio de Janeiro, v. 18, n. 3. 2020. Disponível em: <http://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/635/816>. Acesso em: 24 set. 2023.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167- 182, 2003.

GONÇALVES, R. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. *Revista POIÉSIS*, Tubarão, v. 12, n. 22 p. 350-367, jun./dez. 2018. Disponível em: <HTTP://DX.DOI.ORG/10.19177/prppge.v12e222018350-367>. Acesso em: 13 set. 2023.

GONÇALVES, R.; AMBAR, G. A questão racial, a universidade e a (in) consciência negra. *Lutas Sociais*, v. 19, n. 34, p. 202-213, jan./jun. 2015.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. p. 190-214.

GONZALEZ, T. et al. Influência do confinamento COVID-19 no desempenho dos alunos no ensino superior. *PLoS ONE*, [S.], v. 15, n. 10, out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0239490>. Acesso em: 13 set. 2021.

HOOKS, B. *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism*. Boston: South End, 1981.

HOOKS, B. Intelectuais Negras. *Estudos feministas*, Santa Catarina, ano 3, v. 3, n. 2, p. 464- 478, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 03 jun. 2022.

HOOKS, B. A teoria como prática libertadora. *In: Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. cap. 5, p. 83-104.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Brasília, DF: IBGE, 2019. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>. Acesso em: 24 set. 2019.

JARDIM, R. et al. Percepção de racismo no ensino superior em saúde na perspectiva docente. *Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.*, v. 38, n. 1, 2022. Disponível em: [Vista do Ocorrência de racismo no ensino superior em saúde na perspectiva docente \(ufrgs.br\)](Vista do Ocorrência de racismo no ensino superior em saúde na perspectiva docente (ufrgs.br)). Acesso em: 17 set. 2022.

LACERDA, R. S. *Territorialidade, saúde e meio ambiente: conexões, saberes e práticas em comunidades quilombolas de Sergipe*. 2017. 248 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e meio ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, São Cristóvão, SE, 2017.

LORDE, A. *Irmã outsider*. Tradução: Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019.

MATEUS, F. Racismo no mundo acadêmico: um tema para se discutir na universidade. *Jornal da Unicamp*, 19 nov. 2019. Atualidades. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/11/19/racismo-no-mundo-academico-um-tema-para-se-discutir-na-universidade>. Acesso em: 09 out. 2023.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MOACYR, P. *A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil (1834-1889)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. v. 2.

OSÓRIO, R. G.; SOARES, S. A Geração 80: um documentário estatístico sobre a produção das diferenças educacionais entre negros e brancos. In: SOARES, S.; BELTRÃO, K. I.; BARBOSA, M. L. O.; FERRÃO, M. E. (org.). *Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. p. 21-39.

PACHECO, E. Desvendando os Institutos Federais: Identidade e objetivos. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, v. 4, n. 1, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/rosic/Downloads/575-Texto%20do%20artigo-1910-1-10-20200407.pdf>. Acesso em: 24 set. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, D. *A Batalha de Durban*. Lugar de Fala. 1. ed. São Paulo: Polén Livros, 2019.

SCHNEIDER, G. (org.). *Emancipação feminina na Rússia e União Soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

SILVA, R.; SILVA, T. A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 65, p. 177-199, dez. 2016.

SILVA, S. R.; MACHADO, T. M. R.; COSTA, A. L. O. Interseccionalidade e trabalho docente: desafios vividos por professoras negras da UFAC. *Revista Teias*, v. 22, n. 64, 2020.

SOUSA, A. L. N. et al. Professoras negras na pós-graduação em saúde: entre o racismo estrutural e a feminização do cuidado. *Saúde em debate*, v. 45, n. 1, p. 13-26, 2021.

SOUZA, D.; ROCHA, D. G. Saúde da população negra: ações afirmativas e branquitude docente nos cursos de graduação da saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 20, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/45Zrk3ymBnNGxvTW_h4pRxGF/?lang=pt. Acesso em: 22 set. 2023.

TRUTH, S. E eu não sou uma mulher? *Philos - Revista das latinidades*, [S.l.], 2020. Disponível em: <http://revistaphilos.com/2018/11/29/e-eu-nao-sou-uma-mulher-por-sojourner-truth/>. Acesso em: 23 set. 2021.



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em janeiro de 2024 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).